

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	8
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	9
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	10
10.5 - Políticas contábeis críticas	11
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	13
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	14
10.8 - Plano de Negócios	15
10.9 - Outros fatores com influência relevante	16

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Não há riscos de mercado visto que a empresa não se encontra engajada em nenhuma atividade operacional/comercial tampouco tem seus ativos ou passivos atrelados à variação cambial ou de taxa de juros.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:
a. riscos para os quais se busca proteção. Não há instrumentos de proteção de riscos.
b. estratégia de proteção patrimonial (hedge). Não se aplica, porquanto o emissor não adota a política de hedge.
c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge). Não há instrumentos.
d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos. Não há parâmetros, porquanto não há instrumentos.
e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos. Não há parâmetros, porquanto não há instrumentos de hedge.
f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos. Não há estrutura organizacional, porquanto não há instrumentos de hedge.
g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada. Não há parâmetros, porquanto não há políticas a serem acompanhadas por controles internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

A administração da companhia acredita que não houve alterações significativas em relação aos últimos exercícios sociais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

De acordo com o conhecimento da administração, não há outras informações relevantes para o propósito do presente formulário.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia detinha participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB que foi alienada em 22 de junho de 2010. A Companhia não desenvolve atividades e não gera caixa operacional. A empresa tem como única fonte de recursos o aporte de capital dos acionistas. Não houve aporte de capital em 2012.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Não se aplica, pois não há programa de resgate de ações.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, pois não há programa de resgate de ações.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia é um *holding* não operacional e não está em fase de novos investimentos. Suas necessidades de capital de giro são supridas por aporte de capital dos seus acionistas. A Companhia não possui dívidas com terceiros, aí incluídos eventuais débitos fiscais e trabalhistas.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As necessidades de capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes são supridas, quando aplicável, por aportes dos acionistas.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não tem intenção de utilizar financiamentos para cobertura de deficiências de liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Não se aplica em razão da Companhia não possuir qualquer dívida.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos celebrados

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há contratos celebrados.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica em razão da Companhia não possuir qualquer dívida.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há restrições impostas à Companhia.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica em razão da Companhia não possuir qualquer dívida.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em R\$ Mil	2012	2011	2010
Ativo Circulante	503	22	936
Ativo Não circulante		13	17

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total do Ativo	503	35	953
Passivo circulante	101	1	850
Patrimônio Líquido	402	34	103
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	503	35	953
Receitas (despesas) operacionais:			
Receitas financeiras	80	48	98
Despesas gerais e administrativas	-138	-117	-91
Despesas tributárias	-6	-6	-45
Provisão para perda com créditos tributários	0		-618
Reversão da provisão para perda com investimento			49.909
Perda na alienação de investimento			-46.217
Reversão da provisão de impostos	532	6	
Lucro (Prejuízo) do Exercício	468	-69	3.036

O capital social está representado por 176.261.901 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital independentemente de reforma estatutária, até o limite de 100.000.000 (cem milhões) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O Lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 resulta da reversão de provisão de impostos.

A Companhia provisionou, mas ainda não pagou integralmente os dividendos intermediários, aumentando, assim, o passivo circulante.

O Prejuízo de 2011 resulta de despesas administrativas da Companhia.

O Lucro de 2010 resulta da alienação da participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB.

A Companhia não distribuiu totalmente os dividendos intermediários em 2010, aumentando, assim, o passivo circulante.

A Reunião do Conselho de Administração de 29 de janeiro de 2010 deliberou sobre aumento do capital social em R\$ 35, mediante a emissão privada de 8.750.000 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,004 por ação, passando o capital social de R\$ 51.398 para R\$ 51.433.

A Assembléia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2010 deliberou sobre aumento do capital social em R\$ 20, mediante a emissão privada de 5.555.556 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$0,0036 por ação, passando o capital social de R\$51.433 para R\$51.453.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de Julho de 2010, foram deliberadas:

- (i) Redução do capital social no valor de R\$ 50.762, para absorção do prejuízo acumulado da Companhia, sem cancelamento de ações;
- (ii) Levantamento e aprovação de balanço intermediário com data base em 30/06/10, para distribuição de dividendos;
- (iii) Distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 2.964, para os acionistas da Companhia.
- (iv) Redução do capital social no valor de R\$ 660, para restituição em espécie aos acionistas da Companhia, na proporção das participações detidas por cada um deles.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar^{1 2}:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

a. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta de receitas financeiras e de reversão de provisões.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia recebeu no mês de janeiro de 2012, a restituição dos créditos tributários de IRPJ, protocolados junto a Secretaria da Receita Federal (IRPJ), no montante de R\$ 532 (quinhentos e trinta e dois mil reais).

O resultado do exercício de 2011 totalizou um prejuízo de R\$ 69 (sessenta e nove mil reais), influenciado principalmente pelas despesas Gerais e Administrativas da Companhia.

O resultado do exercício de 2010 totalizou um lucro de R\$3.036, resultante da alienação da participação de 8,25% do capital da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não há impactos diretos por não haver atividades operacionais.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há impactos diretos por não haver atividades operacionais.

¹Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

² Sempre que possível, os diretores devem comentar também neste campo sobre as principais tendências conhecidas, incertezas, compromissos ou eventos que possam ter um efeito relevante nas condições financeiras e patrimoniais do emissor, e em especial, em seu resultado, sua receita, sua lucratividade, e nas condições e disponibilidade de fontes de financiamento.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante no exercício.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Até 22 de junho de 2010 a Companhia detinha participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB. As demonstrações contábeis da Companhia continham provisão integral para perdas sobre o investimento na SEB, com base no valor patrimonial das ações possuídas, comparado com o valor registrado como investimento. A Administração da Companhia periodicamente avaliava a situação patrimonial da SEB para melhor refleti-la em suas demonstrações contábeis.

Em 22 de junho de 2010 a 524 Participações S.A. alienou a sua participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda – SEB, pelo valor de R\$ 3.691, conforme descrito a seguir:

a) Nos termos do fato relevante da 524 Participações S.A. datado de 13 de novembro de 2009, a emissora celebrou em 12 de Novembro de 2009 um contrato de compra e venda de cotas com a Cayman Energy Traders (CET), para a venda à CET da integralidade das cotas da SEB detidas pela 524 Participações S/A (Quota Purchase and Sale Agreement), pelo valor equivalente em reais a US\$ 2.062.925 (dois milhões, sessenta e dois mil, novecentos e vinte e cinco dólares norte-americano), sob condições suspensivas que deveriam ser implementadas até 30 de abril de 2010.

b) Posteriormente, dado o termo final para cumprimento das condições suspensivas para implementação efetiva da compra e venda de cotas avençadas, conforme acima descrito, em 3 de maio de 2010, a Companhia informou ao mercado sobre o termo aditivo ao Quota Purchase and Sale Agreement firmado em 30 de abril de 2010. Referido termo aditivo tinha único e exclusivo fim de prorrogar para 28 de junho de 2010, o prazo para cumprimento das condições suspensivas que deveriam ser implementadas.

c) Nos termos do fato relevante datado de 17 de junho de 2010, foram atendidas as condições suspensivas para efetivação do Quota Purchase and Sale Agreement. Em 22 de junho de 2010 houve a consumação do Quota Purchase and Sale Agreement.

c. eventos ou operações não usuais

Não existiram eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar¹:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

A Companhia optou por não adotar antecipadamente nas suas demonstrações contábeis os pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, mas ainda não implantados no Brasil através do CPC, que serão obrigatórios a partir de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total dos novos pronunciamentos.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica pois não houve mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia, que, entretanto, não vem exercendo na sua plenitude, as atividades operacionais constantes em seu objeto social e vem apurando prejuízos de forma recorrente. Estas condições indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade da Companhia continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

1. Disponibilidades

Refere-se ao numerário em conta bancária, com risco insignificante de mudança de valor.

2. Títulos e valores mobiliários

Referem-se a aplicações financeiras de curto prazo mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos exercícios, não excedendo o valor de mercado.

3. Avaliação da recuperabilidade de Ativos Financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos ("impairment"). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido e tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro.

4. Impostos a recuperar

São demonstrados pelos valores de custo atualizados pela taxa Selic, até a data de encerramento dos exercícios.

5. Investimentos

A participação é registrada pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perda.

6. Passivo circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

7. Imposto de renda e Contribuição Social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das Demonstrações Contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia não apurou lucro tributável e, conseqüentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social.

8. Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

9. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

10. Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial e mensurou conforme abaixo:

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos adotados pela Companhia. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia estão classificadas nesta categoria.

Os demais instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de mercado. Entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Companhia necessite antecipar as suas realizações.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos adotados pela Companhia asseguram grau de eficiência adequado ao porte da mesma para a elaboração de demonstrações financeiras que representam, da melhor forma, a sua situação patrimonial, financeira e econômica, dentro das práticas contábeis exigidas pela legislação em vigor, sendo dessa forma suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve qualquer recomendação da auditoria.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar¹:

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica em razão do emissor não ter realizado oferta pública nos últimos 5 (cinco) anos.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando¹:

- a. **os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
 - vi. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica em razão da companhia não possuir ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

- b. **natureza e o propósito da operação**

Não se aplica em razão da companhia não possuir ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

- c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica em razão da companhia não possuir ativos e/ou passivos diretos e indiretos que não aparecem em suas demonstrações financeiras.